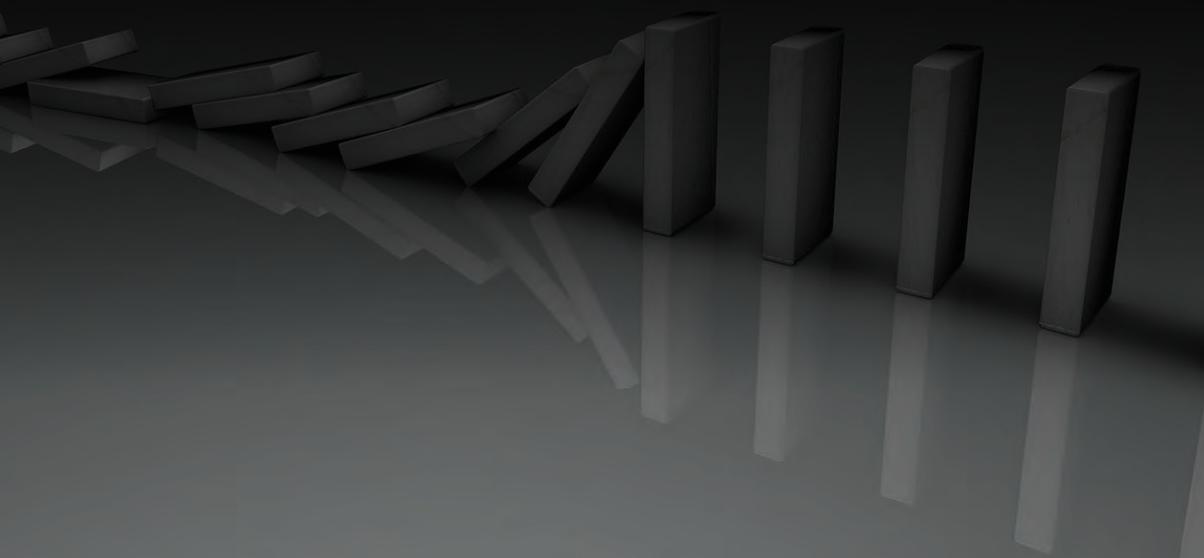


LUCIANO LOURENÇO  
ANTÓNIO AMARO  
(COORDS.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

# RISCOS E CRISES

## DA TEORIA À PLENA MANIFESTAÇÃO



## A SOCIALIZAÇÃO PÓS-CATÁSTROFE POST-DISASTER SOCIALIZATION

**Norma Valencio**

Universidade Federal de São Carlos-UFSCar  
norma.valencio@ufscar.br

**Sumário:** Para os grupos afetados nas catástrofes, o tempo social da experiência de sofrimento é maior do que o tempo cronológico no qual a visão operacional é baseada. Para tais, grupos isso gera uma composição mais complexa de elementos objetivos e subjetivos que integram o problema, o qual é frequentemente incompreendido no teor de políticas de resposta e recuperação. A partir de uma abordagem sociológica, há uma discussão sobre alguns dos aspectos desse desencontro entre tempos e significados bem como recomendações.

**Palavras-chave:** Sofrimento social, catástrofe, políticas de recuperação.

**Abstract:** For the groups affected by disasters, the social time of the experience of suffering is greater than the chronological time in which operational view is based. For such groups this generates a more complex composition of objective and subjective elements that form the problem, and this is often misunderstood in the content of response and recovery policies. Using a sociological approach, there is a discussion about some of the aspects of this mismatch between times and meanings, as well as recommendations.

**Keywords:** Social suffering, disaster, recovery policies.

## Introdução

A vivência de uma catástrofe produz profundas cicatrizes existenciais nas pessoas que passam por essa dolorosa experiência. Por essa razão, em termos sociológicos, há polêmicas em torno da elaboração sociocultural de uma temporalidade que demarca o momento 'pós' de uma catástrofe.

Sob um prisma sociológico, uma catástrofe pode ser entendida, por um lado, como sendo uma *situação*, a qual aglutina um acontecimento físico e um estresse coletivo de grande monta (Quarantelli, 1998), suscitando danos e perdas com simultâneas características materiais, sociais e simbólicas. Isso altera a história da vida dos grupos afetados (Quarantelli, 2005), pois as rotinas a vida prática jamais voltarão a ser como eram e tampouco se desenrolarão conforme aquilo que antes se previa ou se esperava.

Uma catástrofe promove transformações na aparência da localidade que a circunscreveu, nas representações sociais que os grupos afetados têm sobre a mesma bem como no entendimento de si no mundo. Para os sobreviventes, uma catástrofe constitui um conjunto indelével de situações objetiva e subjetivamente perturbadoras, dentre as quais se destacam: o falecimento, o desaparecimento súbito ou ferimentos em pessoas, incluso, naquelas com quem se mantem importantes vínculos sociais; a repentina destruição ou danificação de diferentes objetos, alguns dos quais associados de modo significativo à memória afetiva, à identidade social ou ao exercício de rotinas da vida cotidiana; perda de funcionalidades de instalações públicas e privadas; entre outros.

Em tais circunstâncias, aquilo que o sujeito possa fazer de imediato para se proteger, amparar alguém que esteja em iminente risco de perda da vida, alcançar e recuperar rapidamente um dado objeto de grande valor pessoal é pontualmente relevante, porém insuficiente para deter os estragos maiores e coletivos, do que decorre estados emocionais negativos, como medo, ansiedade, frustração e um certo sentimento de impotência. Se acaso esse ambiente for o da moradia, abrangendo demais porções da respectiva comunidade de inserção, ainda maior a intensidade dessa experiência de sofrimento, pois o lugar

de vivência é um elemento fundamental de definição da identidade social. A pessoa é caracterizada socialmente pelo espaço que ali ocupa e pela forma como ali atua (Bourdieu, 2004).

Saliente-se que, embora se tratando de um episódio penoso e destacado na história individual, familiar ou comunitária, uma catástrofe é um *processo*, criando elos com as trajetórias pregressas e incidindo no restante do percurso de indivíduos e coletividades. É dizer, embora haja situações de maior visibilidade física – e, sobretudo, midiática – e que serão discursivamente definidas como o momento culminante de distúrbios e ruturas, as ligações menos aparentes (de natureza econômica, política e cultural) com o *antes* e o *depois* desse momento sensível não devem ser desconsideradas para desenhar os contornos temporais que emolduram a densidade social apropriada essa tragédia. Desse enquadramento social depende o acerto das providências públicas para evitar ocorrências similares.

### A temporalidade alargada da catástrofe para quem a sofre

No *antes* da catástrofe, constituído do passado mais remoto ao mais recente do episódio, há os elementos concretos, as práticas correntes, o *habitus* e registros – dos oficiais e históricos aos da sutileza da memória social e das impressões individuais – que caracterizam a dinâmica de funcionamento socioespacial tido como normal. A ideia de catástrofe não se sustenta por si mesma, pois precisa referir-se a esse passado, remoto e imediato, bem como a essa ideia de *normalidade* para atestar que ali houve distúrbios ou ruturas.

Usualmente, dentro do contexto de normalidade são forjados os sub-processos sorrateiros, socialmente discretos e toleráveis, além de geograficamente insignificantes, os quais suscitam, nalgum ponto adiante, distúrbios de maior magnitude e abrangência territorial. Por seu turno, o *depois* de um grande distúrbio pode conter outras perturbações socialmente muito significativas para os grupos afetados, lhes exigindo continuados esforços de síntese entre o passado e o presente de suas trajetórias em busca de uma intensiva reelaboração dos sentidos de *normalidade* e de *anormalidade*.

Tal síntese é o que permite que a vida social dos sujeitos envolvidos ancore as suas respectivas práticas de resposta e resistência ante essas incomensuráveis adversidades, mesclando continuidades e descontinuidades de rotinas e práticas. Os fragmentos não estão somente na paisagem devastada. As pessoas afetadas também se ocupam de coletar seus fragmentos de memória - de alegrias e de tristezas - para colarem simbolicamente esses cacos e restituírem um sentido de continuidade dentro da amarga descontinuidade.

As instituições atuam e os sujeitos sociais interagem cotidianamente supondo haver estabilidade e controle ilusório sobre os processos socioambientais nos quais estão imersos; contudo, na contemporaneidade, esses processos têm a sua complexidade própria e se desenrolam de formas surpreendentes e inusitadas, muito além do que as mentes mais precavidadas haviam assinalado nos cenários mais adversos de seus planos de contingência. Assim como uma comunidade é um sistema espacial constituído historicamente de variáveis assíncronicas, cuja organização social tenta obter funcionalidades sincrônicas (Santos, 1998), os grupos técnicos que atuam numa catástrofe precisam ser aptos para decifrar os tempos distintos que estão contidos não apenas em edificações, mas nas mentalidades e comportamentos das pessoas que compõe o intrincado jogo da vida social local.

Em termos sociológicos, esses dois lados complementares da catástrofe – vista como *situação* e como *processo* – incidem em como os grupos afetados, e seus subgrupos, concebem e demarcam o tempo dessa vivência. O eminente sociólogo russo que deflagrou os estudos em Sociologia das Catástrofes, P. Sorokin (1942), advertiu que a compreensão mais ampla dessas circunstâncias exige reconhecer que o tempo social desses processos, cujas vítimas estão no centro, deveria se sobrepor à mensuração meramente cronológica de algum aspecto técnico em particular.

Aquilo que se passaria em termos mais amplos da deflagração e atenuação do sofrimento social é o que deveria balizar a demarcação do começo e do final da tragédia, como, por exemplo, em relação às grandes epidemias, aos que combatem e morrem nas guerras, aos que estão esqueléticos nas fomes ou mesmo compelidos a migrações compulsórias e a buscar acampamentos de refugiados. Mas, desafortunadamente, conforme o referido autor, os parâmetros

institucionais adotados para mensurar a duração dessas catástrofes amiúde se contrapõem aos critérios adotados pelos grupos afetados, os quais são mais consoantes à sua vida emocional, à sua cognição sobre o mundo circundante, às dimensões éticas e religiosas, aos processos vitais, à organização social e mobilidade, à vida econômica, entre outros. Na perspectiva sociológica, seria um equívoco supor que houvesse uma uniformidade e convergência pacífica entre esses tempos. A subordinação do tempo social dos sofredores ao tempo cronológico da técnica – que, ainda assim, é também um tempo social –, resulta em *slow violence* (Nixon, 2011), que obriga os primeiros a adotarem e a aceitarem as referências cronológicas das instituições que têm por missão lhes proteger: ‘agora, a catástrofe acabou’, dita uma voz externa, um comando, não ciente dos vínculos entre pessoas, coisas e lugar; ‘agora, inicia a reabilitação; no abrigo, o horário de dormir é  $x$ , o horário do almoço  $y$  e o do banho é  $z$ ’, dita o gestor público em desconformidade com os tempos fisiológicos, sociais e emocionais das pessoas atendidas.

Sem haver disposição das instituições públicas para abrir uma discussão sobre a complexidade subjacente aos critérios de demarcação do início e do fim de uma catástrofe, os critérios convencionados tecnicamente, que costumam ser mais estreitos, vão sendo replicados. E o pós-catástrofe torna-se, então, um restrito compartimento da ação técnica, cuja objetividade monológica pode agredir aos atendidos.

Contudo, essa assimetria de visões sobre os tempos da catástrofe, na qual a perspectiva do meio técnico prepondera sobre a das vítimas, tende a revelar tensões quando a coletividade atendida – tendo por base as suas normas, as suas crenças, os seus valores, a rotina de sua sociabilidade e os fundamentos psicossociais da sua vida cotidiana – se nega a admitir passivamente a redutibilidade de sua tragédia a uma cronologia de curto alcance que, ao virar rapidamente a página da história, vincula esse rápido ‘passado’ a medidas de remediação igualmente pequenas e insuficientes.

Numa concepção humanística, a característica essencial de uma catástrofe é a grave falha da cultura da proteção na qual, até então, a sociedade depositava a sua plena confiança (Dombrowsky, 1998). Isto é, a catástrofe revela que a

visão e as práticas das instituições públicas estiveram aquém da tarefa protetiva que lhe confiou a sociedade civil.

Isso as coloca na berlinda, pois é possível haver uma indisposição inicial e justificável daqueles que foram vitimados em relação aos aparatos públicos que, direta ou indiretamente – por meio de serviços prestados, regulações, monitoramento, fiscalização e afins –, foram incapazes de lhes prover a proteção esperada. Tendo sido débeis na prestação de serviços essenciais – devido às incapacidades, insuficiências, inadequações ou omissões associadas ao transcurso da tragédia –, instala-se uma crise de confiança na qual os argumentos técnicos-operacionais que assentavam a noção de prevenção são colocados em suspeição. Essa crise de confiança, portanto, coloca em discussão as noções e as práticas de reabilitação ou recuperação operadas por essas mesmas instituições.

O que subjaz à concepção técnico-operacional de ‘pós-catástrofe’ é a ideia de que ‘o pior já passou’; mas, para as vítimas, por vezes o pior ainda está por vir. Diante tantas perdas múltiplas e simultâneas, que arrancam-lhe o chão existencial, o sujeito se pergunta: ‘*e agora, o que fazer?*’.

As situações deflagradoras de ruturas na vida social poderão deflagrar outras ainda mais penosas que, na perspectiva da experiência das vítimas, estão encadeadas numa só catástrofe e suscitam a sua morte física ou social ou a perda do sentido da vida.

Quem perde a moradia e seus bens móveis, e não conta com alternativas compatíveis de acolhimento, ainda está por passar humilhações e privações em abrigos provisórios ou residência de familiares e amigos; quem perde os seus meios de produção ainda está por passar dificuldades econômicas relacionadas à sobrevivência imediata, às condições de retomada do trabalho, à reposição dos fluxos de estoque e de caixa, à pressão de credores, às restrições securitárias e de crédito; quem porventura venha a perder seus entes queridos, ainda está por passar um cotidiano esvaziado em seus papéis sociais substantivos e correspondentes; quem passa por comprometimentos de saúde física e mental no episódio passa a lidar com dificuldades referentes às despesas com medicação, demanda por serviços médicos, ambulatoriais e psicossociais nem sempre disponíveis ou economicamente acessíveis.

Tudo isso pode ser considerado, pelos organismos governamentais, como sendo apenas os desdobramentos da catástrofe. Uma vez que isso é reiterado nos discursos públicos, esses desdobramentos se tornam passíveis de diluição em outras tantas variáveis, que paulatinamente são desconectados das relações de responsabilização circunscritas à tragédia.

No entanto, como bem lembrou Quarantelli (2005), danos e perdas não são consequências de uma catástrofe, mas a essência da situação como tal. Portanto, não é incomum haver embates e controvérsias acerca do recorte analítico que enquadra a *duração* e o *cenário* de uma catástrofe, pois tal recorte diz respeito a abrangência de danos e perdas que ficarão dentro ou deixados de fora do enredo argumentativo sobre a vida social dos afetados. Quanto menor a densidade social do discurso institucional sobre dada catástrofe ocorrida em seu espaço jurisdicional, maiores as dificuldades que as vítimas enfrentarão na garantia de seus direitos de reparação.

Em termos sociais, uma tipificação possível de desfiliação social associada a uma catástrofe poderia considerar cinco diferentes situações:

- A mais radical, aquela na qual o corpo do sujeito subitamente some e não é localizado por algum tempo ou jamais o é (desaparecido), o que deixa em suspenso as relações do mesmo com os demais sujeitos de seus vínculos;
- Em seguida, aquela na qual a vida se esvai do corpo físico (morto), devido a agravos fatais, o que encerra as interações do sujeito com terceiros, os quais reelaboram tal perda e ausência através do luto e da memória;
- Depois há os feridos e enfermos, cuja debilidades adquiridas ou agravadas criam ou aumentam a sua dependência de apoio de terceiros para a satisfação de necessidades mínimas vitais e sociais;
- Os desabrigados, que na ausência de possibilidades de acolhimento por sua rede primária de relações, ficam na tutela do Estado, que organiza abrigos provisórios para os mesmos; e, por fim,
- Os desalojados, cuja perda da moradia os coloca na constrangedora situação de precisar residir com parentes e amigos por um período indeterminado.

Essas situações não são excludentes para a comunidade ou famílias afetadas numa catástrofe, pois dizem respeito aos dois ‘corpos’ essenciais da sociabilidade privada, a do corpo físico humano e o da casa antropoformizada e, por fim ao ‘corpo’ da mais amistosa e relevante sociabilidade pública, a comunidade.

Assim, uma família que esteja circunstancialmente desabrigada, tem esse estresse somado ao fato de ter tido um membro desaparecido, um vizinho morto e seu pequeno estabelecimento comercial arruinado; outra família pode estar desalojada e ter vários membros feridos, enquanto sua igreja colapsou; essas famílias podem estar conectadas por laços de sangue ou de compadrio; e assim por diante, ou seja, as condições do indivíduo e de seu núcleo social, família/comunidade, podem estar simultaneamente debilitadas, sendo de grande monta o desafio do recomeço da vida social. Nesse quadro, a impaciência de técnicos e voluntários autocentrados aprofunda o sofrimento de quem tem que procurar recursos intersubjetivos para validar novos caminhos diante múltiplas perdas.

Feitas essas considerações preliminares, e a título ilustrativo, elencamos alguns aspectos de reabilitação que deveriam ser levados em conta pelas organizações governamentais competentes e grupos voluntários numa circunstância que envolva a devastação de uma comunidade.

O primeiro deles, reiteramos, é o de que o olhar desses sujeitos externos busca focalizar fragmentos da situação conforme os filtros de sua competência especializada de atuação; no entanto, o repertório do morador local tende a ser mais abrangente, porque é constituído não apenas daquilo que está posto fenomenicamente diante si, mas de representações comunitariamente compartilhadas, que decifram as conexões dos residentes entre si bem como com certos sistemas de objetos, as suas práticas habituais ou disposições comportamentais.

Mais terrível é a catástrofe vivida quando, ao testemunho da perturbação havida no espaço comunitário, soma-se a destruição ou danificação da própria moradia. Esse é um espaço crucial no exercício contínuo de humanização, porque é o lugar onde o sujeito elabora as suas referências básicas para o exercício dos múltiplos papéis sociais na tarefa multifacetada do viver; a começar, pelo aprendizado das especificidades das convenções, princípios, valores e

afetos que assentam as interações sociais no núcleo de origem, que é família e, em seguida, na preparação para lidar com os desafios da esfera pública, que espreitam para além da porta.

Ademais, a moradia é o espaço do restauro físico, mental e emocional, além do da intimidade e do devaneio. A casa é como um ninho, cuja proteção espacial à sociabilidade mais íntima preserva os sujeitos em sua integridade física e psíquica, sua identidade social e interações mais intensas. Desde quando o sujeito começa a ser moldado socialmente na tenra idade até quando, já na velhice, precisa restaurar-se dos desgastes da vida, a casa é o anteparo frente às rudezas do mundo, tomando afetivamente feições antropofornizadas e, perante à família convivente, vista como depositária da memória de seus moradores, testemunha silenciosa da trajetória evolutiva do grupo em cada um dos cômodos e nas relações destes com certos objetos como com quadros, cofres, armários (Bachelard, 2003).

É ali que os bens materiais auxiliam na mediação da sociabilidade privada e contribuem para a germinação de um universo simbólico próprio (Santos, 1998), o qual servirá de esteio para categorizar as impressões colhidas do mundo externo e pautar as escolhas e ações diante do mesmo. Isso explica o porquê de os membros da família – especialmente, as chefes do lar – prostrarem-se diante dos escombros da moradia devastada numa catástrofe. Procuram ali enxergar os resquícios materiais daquele funcionamento cotidiano acolhedor, as memórias dos tempos bons e de desafios vencidos, enfim, indicativos da proteção que esse envoltório deu aos seus membros diante as felicidades e as adversidades comuns da vida social (Valencio, 2014). A casa contém a família e está é a substância da casa (Sarti, 1995) de modo que são forma e conteúdo de uma unidade social.

Essa é uma das razões pelas quais a principal medida de reabilitação – prover acolhida em local provisório para a família desabrigada – tem alguns desafios dos quais o meio técnico-operacional e o voluntariado pouco se apercebem.

No que concerne ao acesso à comunidade devastada, os vínculos emocionais e simbólicos do grupo com o lugar deveriam ser devidamente considerados pelas equipes que atuam na emergência. Técnicos, por vezes, pensam que colocar máquinas e equipamentos prontamente no local – por vezes, levando abaixo

os restos de moradias destruídas ou seriamente danificadas – e promover a limpeza rápida dos resquícios da destruição é a maneira de mostrar a eficiência da máquina pública.

No entanto, isso pode agredir os tempos internos que os membros da comunidade precisam para fazer o luto coletivo, examinar em segurança os escombros das suas moradias e realizar derradeiras tentativas de recuperação de objetos de memória (fotos de família, presente de entes queridos, objetos que recordem momentos emblemáticos da vida familiar) e de utilidade prática para recomeçar a vida algures (Valencio *et al.*, 2007).

O resguardo a esse tempo social exigiria que os técnicos auxiliassem a preservar a comunidade do assédio de terceiros, tais como dos meios de comunicação e de voluntários de comportamento invasivo, que exaurem psicologicamente as vítimas, mesmo quando querem auxiliar, pois impedem que elas tenham espaço para seus silêncios e conversas reservadas.

## Conclusão

O reencontro dos moradores com os fragmentos de seu lugar de vinculação fica envolto em muita tristeza e suas memórias, quando acedidas, passam por reelaborações que atendem primordialmente a um tempo intersubjetivo que é inteligível apenas por aqueles que compartilham a mesma trajetória de produção daquele lugar. Isso costuma ser visto como ‘perda de tempo’ pelos técnicos atuantes na emergência e que supõem que somente os seus afazeres por ali sejam relevantes.

Então, violência maior não há, em termos simbólicos, quando os técnicos tendem a dispersar do ‘cenário’ essa ‘gente que atrapalha’ e impor uma hierarquia na qual o seu tempo de trabalho e a sua prática atuação prevalecem; por exemplo, através de priorização das avaliações de engenharia, interdição do local para perícia policial e afins. A racionalidade burocrática é monológica e, assim, desconsidera a necessidade de negociação entre esses diversos tempos e universos de sentido. O que disso resulta é o atropelo do mundo privado

e comunitário, a violação de direitos pela forma autoritária de imposição de situações inaceitáveis de abrigo e provimentos (Tierney *et al.*, 2006), o que intensifica a dor moral e emocional que envolvem os grupos afetados.

No que se refere às alternativas de acolhimento provisório que os técnicos procuram oferecer às famílias, há que se considerar que as opções, no geral, ficam aquém dos anseios da família para reproduzir o seu modo habitual de funcionamento.

Se a mesma fica obrigada a compartilhar o espaço com terceiros, isso traz grandes constrangimentos aos seus membros, porque já não podem expressar-se espontaneamente e nem interagir uns com os outros do jeito usual.

A inserção num espaço alheio – seja ele um acampamento, um abrigo provisório instalado em equipamentos públicos voltados à outras finalidades rotineiras (escola, ginásio de esportes, estabelecimento religioso ou comunitário etc.), moradia de amigos ou de parentes – subjuga a família ao controle externo dos que detêm o controle desse novo espaço.

A dinâmica da vida privada em torno do exercício dos papéis sociais complementares bem como dos afazeres cotidianos sofre interferências inoportunas que são fonte de estresse para os acolhidos e, ainda, enfraquece as linhas endógenas de autoridade dessa família (por exemplo, dos pais em relação aos filhos).

O compartilhamento de tarefas como as de limpeza do local, cocção, organização de objetos e afins tem conotação distinta da que tinha na moradia de origem; os procedimentos de execução devem agradar aos gostos de terceiros; manifestações de intimidade são censuradas; o devaneio e o restauro emocional são vistos como ociosidade ou indolência daqueles a quem se impede que dediquem um tempo para mergulhar dentro de si e de seu sofrimento (Valencio *et al.*, 2007).

Ademais, há uma ambígua relação entre indivíduos e famílias, assim como entre essas e as demais que compõem a comunidade de inserção.

De um lado, os indivíduos querem estar juntos de sua família de convivência, seja ela nuclear ou extensiva, para se sentirem emocionalmente melhor amparados – sendo, por isso, uma violência a adoção de critérios técnicos que, ao montar abrigos, separem os membros de uma família por recorte de gênero – mas, ao mesmo tempo, apreciam manter seus espaços íntimos para descanso, quando se trata de casais, adolescentes, jovens e idosos.

De outro lado, quando uma comunidade é forjada por vínculos fortes entre seus moradores, convém que a montagem de abrigos provisórios leve em conta essas relações de convivência e vizinhança, contudo, preservando a privacidade de cada qual para evitar que haja extrapolações indevidas e inconvenientes de curiosidade e proximidade entre os mesmos.

Esses desafios são aludidos aqui para destacar que, longe de ser algo de fácil equacionamento, a dinâmica de acolhimento das famílias que serão tipificadas como desabrigadas ou desalojadas é problemática, pois impõe uma convivência sempre pública enquanto um imóvel original não for restaurado ou enquanto uma nova moradia não for viabilizada.

Após algum tempo em que técnicos, voluntários e pessoas da rede primária se dedicam ao acolhimento circunstancial da família vitimada, emerge a fadiga da compaixão (Sennett, 2004), na qual o apoio ao infortúnio cede ao cansaço das práticas de solidariedade e as relações entre atendentes e atendidos se deterioram rapidamente.

Conclui-se, assim, que as catástrofes correspondem à perda de elementos indispensáveis para a emancipação humana dos grupos afetados (Valencio *et al.*, 2007) e, portanto, não é trivial requerer-se uma maior amplitude e sensibilidade das visões técnicas em torno da duração desse acontecimento trágico e, por conseguinte, dos procedimentos atinentes àquilo que denominarão como pós-catástrofe. Esse alargamento interpretativo que porventura ocorra incidirá em como os grupos afetados poderão ser apoiados, em seus esforços autônomos, para lidarem com a situação (The Sphere Project, 2000) e na preocupação do Estado para que a assistência complementar prestada esteja em sintonia com os termos socioculturais locais. Incidirá, ainda, no respeito aos requerimentos subjetivos dos afetados, na forma como esses possam se re-apropriar de seus próprios corpos, serem ativos no funcionamento de seus lares provisórios e seguros nos seus relacionamentos públicos retomados; enfim, terem meios que garantam alguma qualidade no restante da vida a ser vivida.

## Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (2003). *A poética do espaço*. (1. Ed., 6.a tiragem) São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (2004). *O poder simbólico*. (7.a ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Dombrowsky, W.R. (1998). Again and again: is a disaster what we call a 'disaster'? In: E.L. Quarantelli (Ed.). *What is a Disaster? Perspectives on the Question*. London and New York: Routledge, 19- 30.
- Nixon, R. (2011). *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- Quarantelli, E.L. (1998). Introduction: the basic question, its importance, and how it is addressed in this volume. In: E.L. Quarantelli (Ed.). *What is a Disaster? Perspectives on the Question*. London and New York: Routledge, 1-7.
- Quarantelli, E. L. (2005). A social science research agenda for de disasters of the 21<sup>st</sup> century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. In: R.W.Perry & E.L. Quarantelli (Eds.). *What is a disaster? New answers to old questions*. United States of America: International Research Committee on Disasters, 325-396.
- Santos, M. (1998). *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Sarti, C. A. (1995). *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados.
- Sennett, R. (2004). *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Sorokin, P. A. (1942). *Man and society in calamity – the effects of war, revolution, famine and pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life*. New York: E.P. Dutton and Company Inc.
- THE SPHERE PROJECT (2000). *Carta Humanitária e normas mínimas de resposta humanitária em situação de desastre*. Oxford: Ox'fam.
- Tierney, K., Bevc, C. & Kuligowsky, E. (2006). Metaphors matter: disaster myths, media frames, and their consequences in hurricane Katrina. *Ann. Am. Acad. Polit. Soc. Sci.*, 604(1), 57–81 (2006). DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0002716205285589>.
- Valencio, N. F. L. D. S., Siena, M., Marchezini, V., & da Cunha Lopes, D. (2007). O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. *Cronos*, 8, 81-100. Acedido em 10 novembro de 2008 em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3169/2559>
- Valencio, N. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*. 19(9), 3631-3644. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>.